

**18º Congresso Brasileiro de Sociologia  
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)  
Grupo de Trabalho: Políticas Públicas**

**Sociabilidade em condomínios verticais do Programa “Minha Casa, Minha  
Vida” em Curitiba-PR: uma avaliação da pós-ocupação a partir da trajetória de  
vida de famílias beneficiárias**

**Viviane Vidal Pereira dos Santos – UFPR  
Maria Tarcisa Silva Bega – UFPR**

## **Sociabilidade em condomínios verticais do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Curitiba-PR: uma avaliação da pós-ocupação a partir da trajetória de vida de famílias beneficiárias**

**Viviane Vidal Pereira dos Santos - UFPR<sup>1</sup>**  
**Maria Tarcisa Silva Bega - UFPR<sup>2</sup>**

Resumo: Este trabalho avalia o processo de socialização possível em um condomínio vertical do Programa “Minha Casa, Minha Vida” implantado em 2011 em Curitiba, inicialmente composto por famílias cadastradas na COHAB e famílias de áreas de risco ambiental. A pesquisa usa informações socioeconômicas iniciais do cadastro da COHAB; base de dados atualizada através de pesquisa de campo; análise de trajetórias de famílias, obedecendo o perfil socioeconômica do condomínio. Os principais resultados apontam que a política cumpre parcialmente seu papel de garantia da casa própria, sem considerar as despesas de um condomínio vertical; muitos vendem seus imóveis e voltam para as áreas de risco. Além da homogeneidade relativa de renda, associam-se experiências e expectativas diversas da vida em um ambiente coletivo. A partir do estranhamento e da dificuldade na adaptação a esta forma de moradia, as famílias recorrem a novas redes de sociabilidade e de controle social, com grande mediação das práticas religiosas;

Palavras-chave: Políticas Públicas; Habitação; PMCMV; Condomínio; Cotidiano;

### **1 INTRODUÇÃO**

Este artigo resulta da pesquisa de mestrado em Sociologia, que teve como objetivo principal avaliar o Programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV) na pós-ocupação de um conjunto habitacional vertical. Além de investigar os alcances e limites da política habitacional, as mudanças promovidas na vida das famílias atendidas, buscou-se estudar as trajetórias familiares para compreender a vida em condomínio experimentada por elas.

A análise proposta colocou o desafio de compreender as relações cotidianas estabelecidas no espaço do condomínio, que não puderam ser tomadas isoladamente, demandando, assim, compreender as estruturas pelas quais se processam ações, decisões, discursos, ideologias que constituem a política habitacional. Deste modo, tomou-se como referência a sociologia da vida cotidiana, campo delimitado por José de Machado Pais (2003, p.12) como:

A sociologia da vida cotidiana deve acionar paradigmas que permitam entrelaçar os planos da micro e da macroanálise sociológica, isto é, o plano dos comportamentos dos indivíduos com aqueles outros planos que resultam da conjugação de variáveis macrosociológicas, como poder, ideologia, autoridade, desigualdade social.

---

<sup>1</sup> Bacharela em Ciências Sociais e Mestra em Sociologia pela UFPR, vivivps@gmail.com

<sup>2</sup> Socióloga, Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, tarcisa.silva@gmail.com

Pais (2003) advoga que a partir da análise do cotidiano – entendido como o aqui e o agora, mas que também é histórico e estrutural – é possível tecer o universo social entre as microestruturas e macroestruturas, assim como faz uma “lançadeira de tear” (PAIS, 2003, p.114) Diz respeito a uma proposta de artesanato sociológico que vai de encontro com a sociologia da vida cotidiana de José de Souza Martins (2014), superando a polarização do que este autor chama de sociologia das coerções, sobre o que é histórico e estrutural, e a sociologia da subjetividade, sobre o agora, as relações microssociais. Esta síntese entre o agora e o histórico seria possível a partir da imaginação sociológica e do artesanato intelectual, baseando-se em Wright Mills, “um modo sociológico de ver, descrever e interpretar desde as mais simples ocorrências de rua até os fatos e fenômenos sociais relevantes e decisivos.” (MARTINS, 2014, p.11)

Tendo como base fundamental as análises macroestruturais a respeito da urbanização brasileira e das políticas habitacionais, a pesquisa se inspirou nas análises qualitativas de Magnani (2002) sobre a cidade. De acordo com ele as abordagens sobre a cidade no contexto do capitalismo, com base em variáveis, indicadores sociais, econômicos e demográficos, construíram visões sobre a urbanização e o caos urbano resultante deste processo como desemprego, ausência ou ineficiência dos serviços, equipamentos públicos, segregação e violência. Nestas abordagens, o autor aponta a ausência dos atores sociais, ou quando aparecem em geral são os representantes do capital e das forças do mercado financeiro:

Já os moradores propriamente ditos, que, em suas múltiplas redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos, conflitos, etc., constituem o elemento que em definitivo dá vida à metrópole, não aparecem, e quando o fazem, é na qualidade da parte passiva (os excluídos, os espoliados) de todo o intrincado processo urbano. (MAGNANI, 2002, p.15)

Neste sentido, propôs-se uma leitura do PMCMV a partir das trajetórias dos atores sociais (famílias atendidas pelo programa), suas experiências e práticas vivenciadas no conjunto habitacional. O estudo das trajetórias permitiu traçar uma relação entre as ações do Estado e as estratégias e dinâmicas destas famílias no espaço da moradia não documentadas pelas pesquisas macroestruturais.

O objeto de estudo foi o Residencial Vila Mariana, localizado no bairro Tatuquara, na periferia de Curitiba-PR<sup>3</sup>. Trata-se de um conjunto vertical implantado

---

<sup>3</sup> Diferentemente da imagem associada à capital paranaense em seus planos de urbanização e no discurso político e midiático enquanto “cidade modelo” e “capital ecológica”, este bairro se consolidou

em 2011, que atendeu 224 famílias, sendo estas “da fila” (188) e também famílias “de ocupação” (36)<sup>4</sup>.

“Fila” e “ocupação” dizem respeito a dois grupos atendidos pelo PMCMV em condições de precariedade no que diz respeito à moradia e renda. Em síntese, os primeiros são famílias com baixa renda que se submetem ao pagamento do aluguel oneroso da residência ou em “morar de favor” na casa de parentes. Estas famílias comprometem grande parte da renda com o aluguel ou “moram de favor”, em um local que não é de sua propriedade, que não lhe dá total liberdade para planejar, mobiliar, reformar e/ou investir, o que acaba motivando a busca pela casa própria. Neste caso, a política atua realizando o cadastro das famílias e as encaminhando para os empreendimentos por ordem de inscrição e sorteio. Os segundos vêm de uma situação de risco, seja ambiental ou de irregularidade da propriedade, em que a política atua na remoção das famílias destas áreas e as colocam em conjuntos habitacionais. Algumas das características associadas a estes espaços são a baixa oferta de estrutura urbana, serviços e equipamentos de uso coletivo, as estratégias traçadas para viver na cidade, como as ligações clandestinas e trabalhos informais, além dos altos índices de pobreza.

Ao habitarem um mesmo espaço, ambos os grupos carregam consigo distintas trajetórias de vida que, do ponto de vista de uma análise sociológica da política habitacional, ao serem analisadas permitiram compreender em que medida origens e situações de precariedades distintas produzem experiências diversas nestes novos espaços de moradia subsidiados pelo Estado, e que impactam nas percepções dos moradores a respeito de si, dos outros e do conjunto.

Teve-se como base inicial a pesquisa quantitativa amparando-se de duas técnicas de coleta de dados: pesquisa no acervo da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT) de 2011 com informações sobre as 224 famílias selecionadas; formulário socioeconômico aplicado em cem domicílios em 2016 para

---

a partir de ocupações irregulares iniciadas na década de 1980 e foi alvo da ação do Estado a partir de 1990 com loteamentos da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT) visando reassentar famílias não só de áreas de ocupação desta região, como também de toda cidade. Em síntese, este processo conferiu ao bairro um estigma de um “bairro de favelados”, que associado aos índices de violência, criminalidade e pobreza, entre outros indicadores socioeconômicos, caracterizam-no como periférico. Atualmente o bairro tem experimentado um processo de expansão e urbanização mais intenso impulsionado em grande parte pelas ações do PMCMV.

<sup>4</sup> São 224 apartamentos com 37.7 m<sup>2</sup>, sendo dois quartos, cozinha, sala e banheiro. Os apartamentos são divididos em 15 blocos. O empreendimento conta com quadra de esportes, parque infantil, salão de festas e estacionamento para carros com 112 vagas.

compreensão das mudanças no perfil socioeconômico ao longo do processo – ambas tratadas no programa estatístico SPSS. A partir disto, utilizou-se da pesquisa qualitativa por meio da história oral (QUEIROZ, 1987, p.275) e do caderno de campo para analisar as trajetórias de vida de dez famílias, respeitando as características socioeconômicas encontradas. Nesta parte utilizou-se de entrevistas em profundidade com duração média de uma hora e meia, com o uso autorizado de gravador. As entrevistas foram transcritas e a análise foi realizada sobre a trajetória temporal e espacial de cada família, e foram elencados os temas recorrentes para uma análise em profundidade.

A ideia de trajetória trabalhada se constitui a partir do percurso destas famílias desde a antiga moradia até o conjunto habitacional. Buscando uma relação entre tempo e espaço, investiga-se o “antes”: de onde estas famílias vieram, a experiência anterior de moradia delas e o que as motivou a deixarem suas origens e se mudarem para o conjunto habitacional. O “durante”: para compreender a partir das experiências relatadas no “antes” como se deu o processo de mudança, socialização e constituição da sociabilidade no novo local de moradia (SIMMEL, 2006). Por fim, o “depois”: passados quase cinco anos, como as famílias avaliam a situação atual e percebem este processo.

A pesquisa de mestrado visou compreender o presente a partir da reconstrução que as famílias fazem sobre o passado. Assim, compreendeu-se a memória como resultado de um processo de interações sociais, experiências vividas que se acumulam ao longo do tempo em determinados espaços e constituem a trajetória. (SANTOS, 2003) Tomou-se o conjunto habitacional como ponto zero onde estas distintas trajetórias se cruzaram e passaram a reconstruir suas vidas. Assim, a memória de cada família é também a memória coletiva sobre um mesmo processo. (HALBWACHS, 2004)

As delimitações espaço-tempo das trajetórias familiares (antes, durante e depois) não isentaram as categorias sociais, raciais, econômicas e religiosas que as perpassam e marcam a experiência de cada família. As narrativas foram complexas, refletiram falas e posturas que ora condiziam ora se contradiziam, assim como é a vida cotidiana. Entre uma narrativa linear alternaram-se confissões, desabafos, fofocas, expectativas. E a partir destas narrativas é que se buscou compreender a vida em um condomínio.

## 2 ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A URBANIZAÇÃO E A POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL

De acordo com Maricato (1996), o problema da moradia no Brasil teve emergência com a passagem da sociedade escravocrata para a sociedade do trabalho livre. Se antes provisão da moradia era estava atrelada ao patrão, na emergência do trabalho livre, coube ao trabalhador adquirir sua moradia no mercado. E a terra que antes era destituída de valor econômico, adquirida através da ocupação, na medida em que o escravo foi desapropriado a terra passou a ser regulada e restrita àqueles que tivessem recurso para acessá-la. Com isso buscava-se “adequar as cidades à fachada progressista e modernizante que a República requeria e sepultar a simbologia do passado escravista.” (MARICATO, 1996, p.29)

Com a industrialização o Brasil experimentou um acelerado processo de urbanização a partir da metade do século XX, que tornou as cidades o local da reprodução da força de trabalho e da acumulação do capital industrial. A paisagem social e demográfica no Brasil passou por uma inversão residencial entre anos 1950 até 1980, tornando-se mais urbana do que rural. (SANTOS, 1996, p.29) O crescimento das cidades, conseqüente da concentração de atividades industriais e comerciais e dos processos migratórios, pressionou a oferta por serviços e bens, como saneamento, transporte, saúde, educação e habitação. (KOWARICK, 2000)

A população trabalhadora sem condições de adquirir uma habitação no mercado teve que habitar cômodos de cortiços nas áreas centrais das grandes cidades ou buscar áreas mais baratas, em geral desprovidas de serviços urbanos coletivos, configurando um *padrão periférico de ocupação*, expandindo o solo urbano de maneira descontínua. Nas periferias, os trabalhadores sem acesso ao financiamento de casas ou de materiais de construção, construíram suas casas através da autoconstrução de moradias, com o uso da sua própria força de trabalho e da ajuda de parentes e vizinhos, em horários de folga do trabalho, sem remuneração, com recursos próprios. Um processo comum até o final dos anos 1970 que configurou a *espoliação urbana*, pois somava a este processo a exploração da sua força de trabalho, a falta de acesso aos serviços públicos e às longas viagens que o trabalhador fazia do seu local de moradia até o seu local de trabalho. (KOWARICK, 1979)

Somente na década de 1960 é que o Estado brasileiro tomou a habitação como problema ao colocá-la na agenda das políticas públicas com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH). Tal política teria sido formulada a partir das necessidades de estratégias de poder e de ideologias do Regime Militar para difundir ideais a respeito da propriedade privada no contexto de temor ao comunismo. Sendo então um artifício político formulado para enfrentar um problema econômico conjuntural, sem equacionar efetivamente a questão das moradias. (BOLAFFI, 1976) A política do BNH usava o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para financiar moradias para aqueles que comprovassem capacidade de comprometimento da renda. Assim, grande parte dos trabalhadores tinham dificuldades para acessar a moradia de qualidade por conta dos baixos salários, alto custo de vida, impedindo o compromisso com o financiamento.

A partir dos anos 1980, o modelo econômico implantado no Regime Militar começou a apresentar sinais de crise, com recessão e inflação, diminuindo a capacidade de pagamento dos financiamentos habitacionais. Assim, o sistema financeiro entrou em crise e o BNH foi extinto em 1986. Com a redemocratização, as pautas dos movimentos sociais foram incluídas na Constituição de 1988<sup>5</sup>. Entretanto, a política habitacional ficou desarticulada, sem uma estrutura de âmbito federal que pudesse planejar e guiar as ações. O país enfrentou um período crítico no setor econômico até 2000, sendo o uso do FGTS e o endividamento público sendo evitados. (BONDUKI, 2008; ARAGÃO; CARDOSO, 2013)

Em 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi aprovado o Estatuto das Cidades como instrumento legal para apontar as diretrizes e princípios da política habitacional e garantir a participação popular para a construção de uma política mais democrática. Em 2003, já no governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi criado o Ministério das Cidades integrando a política habitacional com as demais pautas urbanas de saneamento, transporte e mobilidade e reforma urbana. (ARAGÃO; CARDOSO, 2013)

---

<sup>5</sup> Uma das principais conquistas dos movimentos sociais foi a emenda de iniciativa popular apresentada à Constituição de 1988, a inclusão, no texto da mesma, da função social da propriedade (Artigo 5, inciso XXIII) e a função social da cidade (Artigo 182) e a criação do Capítulo II Da Reforma Urbana. Foi instituído também a partir da Constituição o Plano Diretor, que é a ferramenta por meio da qual as ações de política de desenvolvimento urbano são traçadas e é por meio do Plano que os municípios conseguem acessar recursos para a elaboração das ações. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988)

Algumas das ações do governo no período foram: a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, voltados para a população de baixa renda, para distribuir as atribuições da política urbana em níveis federal, estadual e municipal<sup>6</sup>.

Em 2007, em um contexto de crescimento econômico no país, o governo federal cria o Plano Nacional de Saneamento Básico e o Programa de Aceleração do Crescimento (o PAC), realizando grandes investimentos em obras de infraestrutura: energia, rodovias, saneamento básico e habitação. (ARAGÃO; ARAÚJO; CARDOSO; 2011)

Em 2009, como enfrentamento à crise econômica emergente em 2008, foi lançado o Programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV), visando por um lado aquecer a economia através do setor da construção civil, por outro equacionar o déficit habitacional<sup>7</sup> do país, subsidiando moradias para famílias com renda até três salários mínimos, e facilitando o financiamento imobiliário para a classe média. Seus recursos são provenientes do Ministério das Cidades tendo e a Caixa Econômica Federal é seu agente operacional, que após o fim do BNH gerencia os recursos para financiamentos habitacionais.

O PMCMV é orientado por diferentes modalidades e critérios de renda<sup>8</sup>. É considerado o maior programa habitacional desde o BNH. (ARAGÃO; CARDOSO, 2013) Desde sua criação, o programa vem sendo objeto de análise em diversos

---

<sup>6</sup> Para aderirem ao SNHIS, estados e municípios deveriam se comprometer a cumprir três exigências: elaborar o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS); constituir o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, e criar o Conselho Gestor com representação da sociedade civil; (VASCONCELOS, 2013)

<sup>7</sup> O déficit habitacional se refere às deficiências do estoque de moradias, podendo ser em função da precariedade das construções, da coabitação familiar forçada, dos moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade, e da moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. Até 2012 o déficit no Brasil era de 5, 792 milhões de moradias. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013)

<sup>8</sup> A partir de 2017 compreende quatro faixas: 1) renda familiar até R\$ 1800; renda familiar até R\$2600; 2) renda familiar entre R\$4000; 3): renda familiar entre R\$9000. Podendo financiar imóveis até R\$ 240 mil, com variações regionais e para famílias com renda acima de R\$7000 podem ser financiados imóveis até R\$300 mil. Apresenta cinco modalidades: a/b) Empresas e Entidades sem fins lucrativos para famílias da faixa 1, com subsidio da União, e as famílias comprometem 5% da renda familiar com o financiamento, com prestação mínima de R\$25 mensais; c) FGTS para atender famílias entre as faixas 2 e 3 através do saque do recurso do fundo e um subsidio máximo da União de R\$ 17000 de acordo com a renda familiar e o valor do imóvel; d) Municípios com até 50 mil habitantes não integrantes de capitais ou regiões metropolitanas, para atender famílias da faixa 1; e) Rural que é destinada a agricultores familiares e trabalhadores rurais com renda bruta anual até R\$60mil; (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)



campos de estudo e recebendo diversas críticas no que diz respeito principalmente: à localização dos empreendimentos, em geral são construídos em áreas desprovidas de equipamentos e serviços coletivos, onde o preço da terra é mais barato comparado às áreas já estruturadas; à centralidade das empresas da construção civil na elaboração dos projetos e da Caixa Econômica Federal como agente operacional e avaliador destes projetos, fazendo com que estados e municípios se responsabilizem apenas pela seleção da demanda por moradia, além da baixa participação da sociedade civil no processo<sup>9</sup>; à superprodução de moradias em um único empreendimento, concentrando um número excessivo de moradores que pressionam a oferta por equipamentos e serviços;

O PMCMV para famílias com renda até três salários mínimos apresenta critérios nacionais de seleção de famílias, e a partir destes os municípios estabelecem critérios discutidos nos conselhos municipais que, por exemplo, no caso de Curitiba ficou definido como prioridade os seguintes critérios locais: famílias em situação de vulnerabilidade social atrelada à precariedade habitacional; famílias residentes em Curitiba que pagam aluguel; famílias com três ou mais dependentes menores de 18 anos de idade. Após a implantação do empreendimento e a ocupação, o Estado se compromete com a entrega da moradia e o acompanhamento das famílias durante 180 dias. (COHAB-CT, 2012)

### **3 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DO RESIDENCIAL VILA MARIANA**

Visando uma atualização das informações fornecidas pelas COHAB-CT a respeito das famílias selecionadas no momento da implantação do residencial, em 2011, foi aplicado um formulário socioeconômico em cem domicílios para a identificação do perfil familiar, em 2016. Assim, os principais resultados encontrados foram:

---

<sup>9</sup> Com a criação do Estatuto das Cidades e o Ministério das Cidades foi reconhecida a importância de mecanismos de controle social e de participação da sociedade, por meio de conferências e dos conselhos gestores que deveriam ser implementados com a adesão dos municípios ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Porém, com o PAC e o PMCMV, a elaboração, implementação e distribuição dos recursos para a política de habitação deixaram de passar por estes mecanismos, inicialmente com a justificativa de que era necessário agilizar os processos para reduzir o déficit habitacional. Ter a CAIXA como agente do PMCMV agilizaria o acesso aos recursos pelo setor privado, ao invés de operar com contratações e licitações públicas. (ARAÚJO & CARDOSO, 2013)

- a) Após quase cinco anos as famílias “da fila” se fixaram no conjunto. Porém, a maioria das famílias “da ocupação” venderam seus apartamentos e voltaram para suas áreas de origem;
- b) Houve uma mudança significativa no perfil das famílias, que antes eram amplamente compostas por “titular e filhos” (47,3%), enquanto as famílias nucleares (titular, cônjuge e filhos), correspondiam a 41,6%. Em 2016 as famílias nucleares passaram a representar 60%, enquanto as famílias compostas por titulares e filhos caíram para 25,3%. Mudança proporcionada pela segurança da casa própria que permite rearranjos familiares. É interessante observar que na medida em que acessam a casa própria as famílias entram no padrão nuclear;
- c) A renda familiar média permanece 2,1 salários mínimos, havendo, de um lado, uma ligeira melhora na renda familiar, com famílias que ultrapassaram a faixa de três salários mínimos, critério de seleção em 2011. De outro há um aumento no número de famílias sem renda, justificados, sobretudo, pelo desemprego no contexto da crise econômica;
- d) O valor médio pago pela moradia é de R\$ 60,23, equivalente a pouco menos de 5% da renda média familiar. Já o condomínio custa R\$ 218,55 em média, o que equivale a 3,6 vezes o valor da parcela; Lembrando que o valor da prestação é regressivo, ao contrário da taxa de condomínio sobre variações sobre a manutenção e possíveis melhorias no espaço;
- e) Atualmente homens e mulheres contribuem para a renda familiar na mesma proporção. Apesar disto, e das mulheres serem em 86% dos casos titulares dos apartamentos, elas são consideradas chefes de família em apenas 27,4% dos domicílios. Enquanto os homens são considerados chefes em 44,2% dos domicílios. Ou seja, a interpretação da chefe familiar é mais cultural do que econômica. (SARTI, 2005)<sup>10</sup>;

---

<sup>10</sup> “ (...) Cumprir o papel masculino de provedor não se configura, de fato, um problema para a mulher, acostumada a trabalhar, sobretudo quando em precisão; para ela o problema está em manter a dimensão do respeito, conferido pela presença masculina. Quando as mulheres sustentam economicamente suas unidades domésticas, podem continuar designando, em algum nível, um ‘chefe masculino’. Isto significa que, mesmo nos casos em que a mulher assume o papel de provedora, a identificação do homem com a autoridade moral, a que confere respeitabilidade à família, não necessariamente se alteram.” (SARTI, 2005, p.57)

f) O perfil geral encontrado em 2016, acrescentadas as variáveis cor e religião do titular, e a chefia familiar, é de famílias nucleares com renda média entre dois e três salários mínimos. Elas são oriundas de bairros das regiões Sul, Leste e Oeste de Curitiba, bairros que apresentam indicadores socioeconômicos mais baixos da cidade. Em geral o casal trabalha e contribui para a renda familiar, mas o homem é considerado chefe da família. Ampla maioria dos titulares são mulheres brancas e pardas, evangélicas com pouca escolaridade, que, quando não são donas de casa, trabalham no setor de serviços na área da limpeza, como diaristas, empregadas domésticas ou zeladoras. Com base neste perfil buscou-se selecionar as famílias para a pesquisa de trajetória de vida;

#### **4 A VIDA EM CONDOMÍNIO: DA SOCIALIZAÇÃO À SOCIABILIDADE POSSÍVEL**

Das dez famílias selecionadas, nove estavam cadastradas “na fila”, apenas uma era “da ocupação”, mas pagava aluguel nesta área. Todas as famílias entrevistadas tinham em comum o “sonho da casa própria”<sup>11</sup> como principal motivador para deixarem seus locais de moradia e acessarem o conjunto habitacional. Ampla maioria morava de aluguel anteriormente, mas não isto não se constituiu em um fator homogeneizador destas trajetórias. Há uma variação nas condições da moradia alugada, na localização e nos preços pagos de aluguel. Apenas duas famílias moravam de favor, uma com familiares e outra prestava serviços em troca da moradia. Oito destas famílias tiveram no residencial Vila Mariana sua primeira experiência de vida em um condomínio vertical.

Assim, com experiências e origens distintas, as famílias tiveram que lidar não só com sua adaptação pessoal e de sua família – corporal e espacial – mas também enfrentaram a adaptação em relação ao outro. E notou-se que os sacrifícios e estratégias pessoais são suportáveis em nome da casa própria. Mas aquilo que foge do controle privado – o modo de vida do outro – é o mais difícil. A partir da condição estrutural ali colocada, ou seja, uma vizinhança que não foi escolhida previamente pelas famílias – muitas vezes até indesejada – e das suas diferenças, tiveram que estabelecer cotidianamente um contrato para conviver naquele espaço social.

---

<sup>11</sup> No decorrer do texto as expressões utilizadas pelas famílias foram colocadas entre aspas. Já os conceitos estão em itálico.

As narrativas familiares mostraram a memória coletiva sobre os primeiros anos de vida no condomínio. Relatam o processo de socialização, a dificuldade de adaptação e, principalmente, o desafio de recomeçar em um espaço desconhecido povoado por famílias distintas:

Eu acho que quando veio todo mundo pra cá, 224 famílias você pense, tudo de áreas diferentes. Porque eu morava no Boqueirão, tem gente que morava lá no CIC (Cidade Industrial de Curitiba). Então é bastante gente diferente. Não se conhecia. Foi terrível. Quem passou o primeiro ano sem sair daqui ficou até hoje. Mas no primeiro na foi muito difícil. E outra coisa, vieram de casa. Em casa você tem espaço, você sai e você não dá de cara com seu vizinho, você pode fazer uma festa. Aqui já não. E outra coisa, eles não era acostumados a viver com regras e aqui tem que ter regras, né. E aí que foi “trash”. Foi complicado. (Entrevistado 1, mulher, branca, evangélica, 37 anos, dona de casa)

A dinâmica imposta pelo condomínio produziu um disciplinamento moral e corporal. No caso dos condomínios populares, além da proximidade das unidades habitacionais, as “paredes finas” – estrutura do empreendimento – expõem o modo de vida de cada um. A vida coletiva em tal espaço implicou um tipo de comportamento entendido por elas como “civilizado”<sup>12</sup>, de forma que haja o controle dos impulsos e emoções, ou seja, a tomada de consciência sobre o outro.

Ao longo deste processo alguns *marcadores distintivos* (ELIAS, 2000) foram elaborados por estas famílias para que se diferenciasssem dentro do espaço social. Os marcadores identificados nas narrativas foram: a origem (“fila” ou “ocupação”), a posição espacial do apartamento dentro do condomínio e a condição de inadimplência.

A começar pela origem, de acordo com os entrevistados – predominantemente famílias “da fila” – determinadas famílias selecionadas não teriam conduta/educação/estrutura para morar em condomínio, para “viver em

---

<sup>12</sup> Em uma análise processual e histórica, Elias (1993-1994) analisou o processo civilizatório do ocidente, da transformação da estrutura da personalidade em busca do controle emocional da burguesia, que tomara o poder, aos modos aristocráticos. A civilização seria o resultado de um equilíbrio entre os interesses individuais e os interesses coletivos. Os indivíduos educados sistematicamente, a partir de instituições de regulação e controle, sujeitam-se às regras sociais e ao autocontrole das emoções, dos impulsos e dos comportamentos considerados indesejáveis. Tais mudanças estariam ligadas, em longo prazo, às mudanças na estrutura da sociedade na formação dos Estados Nacionais, com maior interdependência e controle estatal. Em um nível de análise mais micro, Mayol (1994) ao analisar a vida cotidiana em um bairro francês, conceitua a *conveniência* que “representa, no nível dos comportamentos, um compromisso pelo qual cada pessoa, renunciando a anarquia das pulsões individuais, contribui com sua cota para a vida coletiva, com o fito de retirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados. Por esse ‘preço a pagar’ (saber ‘comportar-se, ser ‘conveniente’), o usuário se torna parceiro de um contrato social que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana.” (MAYOL, 1994, p.39)

sociedade”. Tais famílias seriam as “da ocupação”, que carregavam consigo práticas sociais em que não há uma delimitação clara do privado e do coletivo, de maneira que a resolução dos conflitos pessoais extrapola “as quatro paredes” e adentra o espaço do vizinho ou se espalha pelo espaço coletivo.

Como aponta Lúcio Kowarick, as concepções que a sociedade tem sobre a vida em áreas de ocupação, bem como nos cortiços, são de que se trata de espaços em que a moralidade de seus habitantes é questionada, onde a pobreza e a ilegalidade são expostas: “locais que favorecem hábitos duvidosos, brigas e desorganização familiar, espaço de promiscuidade...” (KOWARICK, 2000, p.91) onde se associa criminalidade, violência, drogas e a perda da juventude.

Tem pessoa que os apartamentos foram destinado a eles, então é um hábito de vida bem diferente, um modo de viver que não consegue viver em sociedade. Gente que tinha aquele modo de vida bem liberal que morava lá na beira da valeta, sabe?! (...). Daí vem pra cá e tem uma conduta que não condizia com o condomínio. Um pouco saíram, a maioria saiu porque não consegue viver. Não têm a educação que a gente tem. Dai teve bastante problema [no começo], porque roubavam mangueira, roubavam lâmpada, tinha usuário de droga né?! Dai sumiam as coisas, tentaram arrombar, teve uns apartamento que eles entraram. Tinha gente de bem e gente que não queria nada da vida, só bagunçar. (Entrevistado 9, mulher negra, 40 anos, católica, educadora)

Como colado na fala, e nos dados da pesquisa quantitativa, a maioria das famílias da ocupação deixaram o condomínio. Por conta das dinâmicas, normas de convivência e as despesas com a prestação do apartamento e com a taxa de condomínio, estas famílias teriam vendido ou alugado seus imóveis e voltado para as áreas de origem.

Com isto e com as experiências vividas pelas famílias entrevistadas no primeiro ano de mudança, fizeram-nas compreender que teria havido uma espécie de “contaminação” no condomínio. Mesmo que a maioria das famílias da ocupação tenha deixado o condomínio, os problemas com drogas, furtos e violência permaneceram. Nota-se uma identificação das práticas sociais, carregadas de significação negativa – drogas, furtos, depredação, inadimplência – associadas a estas famílias.

Como Elias (2000) mostra em sua experiência em Winston Parva, as famílias “da ocupação” pareceram representar uma *minoría dos piores*. Uma vez que, mesmo tendo sido atendida em menor proporção neste conjunto habitacional (15%), se comparadas às famílias “da fila” (85%), suas práticas, - ou mais que isso - a representação que se têm sobre vida nas áreas de ocupação, deixaram marcas que

refletem na explicação dada pelas famílias entrevistadas sobre os problemas permanecem recorrentes no condomínio. Associam ao “outro”, as famílias *outsiders* neste espaço, uma série de impasses para o bem viver em um ambiente coletivo<sup>13</sup>.

Embora a pós-ocupação tenha sido representada por “dias tenebrosos”, há uma unidade nas falas ao relatarem o presente lembrando o passado, para construir sua avaliação de que hoje em dia a vida está melhor, sem isentar as experiências negativas que viveram ali. As famílias percebem que viver em apartamentos não é um problema, pois as questões como falta de espaço, privacidade e barulho (na opinião deles), são questões cotidianas e suportáveis. Até mesmo a respeito dos problemas como drogas e violência, há um entendimento disso “tem em todo lugar”. Apesar do estranhamento inicial, cada um a sua maneira traça estratégias e vai, pouco a pouco, ajustando-se ao modo de vida do outro.

Outro marcador apontado pelas famílias é a posição do apartamento, sobretudo dos blocos, dentro do condomínio. O projeto do empreendimento concentrou uma grande parte de blocos próxima às áreas de lazer. Morar longe de tais áreas, onde tem “ferro”, onde a sociabilidade acontece e, conseqüentemente, os problemas são mais constantes, foi tomado como um marcador distintivo por estar em uma área privilegiada, mais tranquila e reservada. Foi observada também uma questão topográfica, que por conta de um declive no terreno os blocos mais reservados ficaram posicionados na porção superior do terreno. Assim formou-se uma divisão entre os moradores “de cima” e os moradores “debaixo”. Tal divisão teria sido reforçada pela ação do primeiro síndico que morava na parte “de cima” e lançava fofocas depreciativas a respeito da inadimplência dos moradores “debaixo” como justificativa para investir na área onde morava em detrimento da parte “debaixo”, onde se concentram os parques, a quadra de esportes e demais áreas comuns.

A inadimplência se configurou como outro marcador distintivo. Foi colocada como um grande problema que impacta na convivência em condomínio. A manutenção dos espaços e equipamentos coletivos traz custos para o condomínio

---

<sup>13</sup> Elias (2000) conceitual a *minoría dos piores* para se referir a um pequeno número de pessoas dentro de um grupo considerado outsider, que realizam práticas consideradas inadequadas, desagradáveis ou desviantes e acabam conferindo ao grupo uma imagem negativa, do ponto de vista do grupo estabelecido, não condizente com a totalidade. No caso do condomínio, um pequeno grupo de moradores de área de risco trouxe consigo práticas e formas de sociabilidade distintas que serviram para estereotipar a imagem do local. Os problemas como drogas e violência colocados pelos entrevistados estariam associados às famílias da ocupação que, mesmo tendo deixado o condomínio em sua maioria, teria carregado o local com “más influências”.

que, no final das contas, são socializados para todos os moradores. A vida em condomínio impõe também uma obrigação financeira mensal, que compõe um fundo social para a manutenção do local e as possíveis obras e investimentos para a melhoria do espaço.

Muito mais complexa do que a simples oposição entre “quem paga” e “quem não paga”, as famílias muitas vezes retomam a origem para justificar a inadimplência. As famílias que levantaram a inadimplência como um problema, atribuíram-na às famílias da ocupação, pois estas não estariam acostumadas a pagar conta:

Existem aqueles assim, eles saíram da área de risco e vieram morar pra cá, mas nunca pagaram uma luz, uma água, uma conta! E estão com o condomínio atrasado, a prestação atrasada... Eles não pagam conta! E isso dificulta pra os outros moradores na questão do custo do condomínio. Porque recaí esse custo pros outros, entendeu? Então tem pessoas que saíram de lá, vieram pra cá e continuam sem pagar nada. E isso causa prejuízo pros outros moradores. Agora o que fazer com eles não sei também. Tem que ir deixando a Caixa Econômica... Ou alguém tomar uma atitude em relação a eles né?! [Eles] Destruíram apartamento, quebraram, estouraram...não pode! Eles correm o risco por fazer isso de perder o apartamento. E não tá intacto o apartamento, tá destruído! Não sei como é que eles vivem. Sobrevivem na verdade. (Entrevistado 5, mulher branca, 47 anos, evangélica, síndica)

De certa forma, as famílias “da ocupação” não tinham necessariamente a obrigação do aluguel nas áreas de origem e poderiam, inclusive, sobreviver sem o pagamento de tarifas públicas a partir de estratégias como as ligações clandestinas, o “gato”. Ao passarem a habitar a “cidade legal”<sup>14</sup> foram acrescentadas não só as tarifas públicas, como também o pagamento do imóvel e da taxa de condomínio. Mas é importante colocar que quase metade das famílias entrevistadas declarou estar ou que já estiveram em situação de inadimplência, provocada momentaneamente pelo desemprego estrutural ou por casos de doença. Ou seja, na realidade a condição de inadimplência ultrapassa o marcador da origem.

Os casos contados sobre a inadimplência foram na maioria das vezes relatados quase que em segredo. Para as famílias de baixa renda a honestidade sobre ter o “nome limpo” é tudo o que se pode carregar, uma vez que não há garantias e recursos econômicos que possam lhe assegurar. Sendo assim, há um

<sup>14</sup> Em resumo, Maricato (2000) entende a “cidade legal” como à(s) parte(s) da cidade onde o poder público reconhece e atende as necessidades de infraestrutura e onde também há a valorização pelo mercado imobiliário. Já a “cidade ilegal” é a parte da cidade considerada irregular, não reconhecida pelo poder público nos planos de urbanização.

compromisso muito forte em “pagar as contas certinho, tudo em dia”, uma associação do que é “dever”, mas pouca identificação do que vem a ser “direito”. Deste modo, a inadimplência coloca em risco o pouco do que quem é pobre pode garantir, ou seja, sua honestidade.

A política habitacional é altamente subsidiada pelo Estado, restando à família um pequeno percentual a ser pago pela casa, comparando ao valor a ser desembolsado no mercado imobiliário. No caso da produção habitacional de condomínios verticais, além do compromisso estabelecido entre o titular e a Caixa Econômica, há também o estabelecimento de um contrato coletivo com o condomínio, que se torna também uma forma de controle social entre os condôminos. O não cumprimento deste contrato implica em uma condição *estigmatizante*<sup>15</sup>. A inadimplência momentânea relatada, que ocorre em segredo, passa ao largo dos olhos da vizinhança. Mas quando identificada se torna um fator de *segregação social*:

Já fui julgada logo no começo, acho que depois de um ano que eu tava aqui. Um dia tinha gente no salão de festas aqui atrás e eu falei que (...) as crianças tavam tudo dormindo, eles tinham que levantar no outro dia pra ir pra escola. Dai eu peguei, abri a janela com toda a educação aí eu falei assim “o pessoal, não dá pra vocês falarem mais baixo que as crianças tão dormindo...” Aí um homem pegou e falou assim: “você não tem que abrir a boca pra nada, você não tem que falar nada porque você não paga então você não tem direito de apitar nada aqui dentro.” (...) E uma vez também a minha vizinha chegou e falou pra mim que (...) a vizinha do bloco 1 falou assim “na hora que vim a ordem de despejo aquela dali vai ser a primeira a ser despejada”. (Entrevistado 4, mulher branca, 40 anos, evangélica, desempregada)

A inadimplência é colocada como um divisor entre os pobres, que constroem imagens e representações, de maneira que, de um lado está o trabalhador, a pessoa de bem que paga as contas, do outro está o inadimplente, que vive “à toa”, o devedor. E ambos convivem injustamente, de acordo com as falas, no mesmo espaço, “porta com porta”. A inadimplência coloca um impasse nas relações de vizinhança. Pois se, por um lado, há a demarcação das diferenças no espaço social, em que alguns dizem ser mais merecedores de estarem ali do que outros, por outro a noção de igualdade colocada é sobre a relação contratual em que todos devem dar sua contraprestação para o bem-viver no condomínio.

<sup>15</sup> Na definição de Goffman (1982).



Dos problemas colocados até aqui, todos pareceram terem tido maior ocorrência nos primeiros anos da pós-ocupação no conjunto habitacional, com exceção da inadimplência. Com o passar do tempo, ajustes na ordem privada e coletiva foram sendo feitos para que as “abóboras se acomodassem à carroça”<sup>16</sup>. Alguns temas mereceriam maior atenção e aprofundamento. Mas para o propósito deste artigo, alguns recortes foram necessários. No entanto, algo que não poderia deixar de ser tratado é a questão da religião, que parece mediar relações e momentos de sociabilidade.

Foi possível notar que muitas vezes a melhora de vida relatada está muito associada à adoção mais rigorosa de práticas religiosas após a mudança para o condomínio. Sobretudo para aqueles que enfrentaram ou enfrentam momentos de crise financeira e doença na família, a inserção na igreja e o maior contato com Deus é um marcador apontado como responsável pela melhora de vida ou pelo fortalecimento para enfrentar os momentos difíceis<sup>17</sup>.

O perfil religioso do condomínio é de evangélicos (pentecostais e neopentecostais) e católicos, respectivamente. Entre as famílias pesquisadas, sete são evangélicas e as demais são católicas. O tema da religião apareceu espontaneamente apenas nas famílias evangélicas, muita das vezes para falar sobre uma rede estabelecida através orações e convites para ajudar aqueles que estão passando por necessidades.

A religião é acionada não só como uma saída para a juventude colocada como ameaçada<sup>18</sup>, mas também para os problemas gerais resultantes do desemprego e da doença. É criada uma rede de inserção e colaboração no condomínio:

---

<sup>16</sup> Metáfora encontrada pela orientadora deste trabalho como síntese da análise que expressa o processo de socialização das famílias ao espaço e à dinâmica da vida em condomínio.

<sup>17</sup> Um estudo comparativo realizado por Cecília Mariz (1991) com famílias pobres do Recife e do Rio de Janeiro, apontou a relação entre a pobreza e as práticas e crenças religiosas. A autora coloca que em contextos de carência econômica e material (desemprego, doença, habitação, educação dos filhos) os pobres encontram saída na religião. Um dado interessante trazido por ela é sobre a menor popularidade da Igreja Católica sobre os brasileiros mais pobres, que buscam outras organizações religiosas. A pequena proporção de igrejas católicas e padres no espaço geográfico, a baixa frequência de missas na semana e a pouca disposição para a vocação religiosa, teriam motivado a busca por outras formas de organização religiosa, como o Pentecostalismo, por exemplo. A conversão e o engajamento nos grupos religiosos ajudam a enfrentar momentos de crises. Além de oferecerem uma rede de apoio mútuo e experiências subjetivas de pertencimento a uma comunidade, de poder e dignidade. (MARIZ, 1991, p.11-24)

<sup>18</sup> De acordo com as entrevistas o temor dos pais em relação aos filhos adolescentes tem um marcador de gênero: os meninos são o envolvimento em assaltos e o uso e tráfico de drogas. Já as meninas é a gravidez na adolescência ou a prostituição.

As vezes eu levo [para a igreja] duas, eu levo três [adolescentes]. Falta de convidar não é. Nós tamo semeando! A gente convida, a gente faz a parte da gente. (...) E aqui tem muitas pessoas que necessitam... de alimento... Então às vezes eu pego do meu... Você tá vendo a pessoa assim tá sofrendo, não pode nem trabalhar aí reparte. Ai eu fui na Igreja falei com o pastor, o pastor [disse] “Não! Nós vamos levar umas coisas também, vamos ajudar!” Sempre tá dando uma cesta pra uma pessoa que tá precisando. (...) Mas com jeitinho Deus vai abençoar esse lugar aqui, esse condomínio né?! A gente ora muito por esse condomínio. Eu gostaria muito que tivesse assim uma-duas servas aqui pra... sabe...ganhar os adolescente pra gente. Meu sonho é esse, trabalhar com as criança, tanto as criança tanto com os adolescente como os adulto também. (Entrevistado 6, mulher branca, 65 anos, evangélica, zeladora/diarista)

Em um contexto social e geográfico em que há um maior número de igrejas do que equipamentos e serviços públicos, ou seja, pouca ação do Estado, a resolução dos problemas cotidianos, dos problemas de vida, é buscada em outras instâncias mais acolhedoras que conferem sentimentos de pertencimento e de identidade. É importante colocar, ainda que não caiba no propósito deste artigo o aprofundamento necessário, que a religião também se apresentou como um fator de segregação em alguns casos, pois não é toda manifestação e forma de sociabilidade religiosa que é permitida no espaço do condomínio. Diz respeito, sobretudo, às manifestações evangélicas.

## **5 UMA BREVE AVALIAÇÃO DO PMCMV**

Assim como avaliam Paz et al. (2015), em uma pesquisa realizada em um condomínio popular do PMCMV em Osasco-SP, não só a estrutura de condomínios verticais, mas também o modelo de gestão condominial, inspirados nos condomínios do mercado de classe média, não se configuram como a melhor alternativa para as famílias de baixa renda. Apesar de resolver em grande número o problema imediato de moradias, tal forma têm motivado situações de irregularidade das famílias e reforçado em alguns casos a vulnerabilidade social.

Um dilema colocado por Paz et al. (2015) e que se refletiu também nesta pesquisa é que a verticalização da moradia reforça o condomínio como um espaço fechado, cercado por aparatos de segurança. Além da constituição do espaço privado, de maneira que a manutenção dos espaços do condomínio, ruas, iluminação, entre outros, são de responsabilidade do condomínio. O que poderia ser resolvido pelo Estado, nos condomínios verticais tornam-se problemas privados. A manutenção da vida em condomínio acaba gerando um alto custo de vida para as famílias de baixa renda.

Sobre os limites da política apontados nas entrevistas cabe colocar a produção de “novas ilegalidades” a partir da vida em condomínio. Primeiro pelo fato da baixa fixação das famílias “de ocupação” ao condomínio. Ao venderem seus imóveis e voltarem para as áreas de origem, elas são excluídas da política habitacional, pois o programa não permite transações imobiliárias. Segundo, para as famílias de baixa renda que permaneceram, independentemente da origem, o modelo de produção habitacional por apartamentos impõe o pagamento da taxa de condomínio, o que gerou para muitos o endividamento.

Por um lado, o programa possibilitou uma melhora significativa na vida daqueles que vieram do aluguel mais oneroso. As famílias que apresentam maior escolaridade e/ou renda, que anteriormente moravam em bairros ligados à rede de urbana, cuja condição da moradia anterior era similar ou superior à moradia atual, de fato apresentam diminuição significativa das despesas com moradia e consequente aumento do poder de consumo.

A seguir, a percepção do programa sob a perspectiva de quem morava de aluguel em um apartamento em um bairro considerado de classe média, e não só teve uma experiência positiva com a política habitacional, podendo ascender ao mundo do consumo de bens e serviços, como observa a melhora na vida de alguns de seus pares:

Mas eu acredito que as pessoas cresceram muito aqui. Porque, olha só... É até engraçado de olhar. Porque tem poucas vagas de carro. Com as pessoas pagando menos, com R\$500 que eu pagava de aluguel, hoje o condomínio da em média R\$200 e a casa que dá uns R\$60... Olha o quanto me sobra se eu fosse pagar aluguel. Com certeza [as pessoas] começaram a pensar em mobiliar a casa, em pensar num curso pra um filho... comprar um carro. E então encheu. Hoje é aquela coisa sabe?!...Hoje eu acho que as pessoas evoluíram, melhoraram, já tem mais perspectiva de vida. (Entrevistado 1, mulher branca, 35 anos, evangélica, dona de casa)

Agora, para aqueles que também vieram do aluguel mais barato, em bairros periféricos, com estrutura similar ao bairro da atual moradia, que moravam em casas até mais simples, muitas vezes alugada a partir de “contrato de boca”, enfrentam o endividamento familiar. Como a nova vida implica o estabelecimento de contratos formais, de maneira que não são possíveis acertos e atrasos, em tempos de crise, seja em casos de desemprego estrutural ou de doença na família, passam por períodos de endividamento, inadimplência e o constrangimento do “nome sujo”,

impedindo o acesso aos bens de consumo, além do controle social dentro do condomínio.

A seguir, a experiência de uma família que morava de aluguel em pequena casa em um bairro próximo, também na periferia de Curitiba, e que o único provedor perdeu o emprego em uma fábrica no contexto da crise econômica:

Olha, o meu condomínio do mês passado e desse mês tá atrasado. A administradora mandou uma cartinha pra mim ir lá resolver isso aí, né?! Aí no caso eu fui lá e conversei com eles, né?! Assim que eu voltar a trabalhar eu vou lá acertar. Mas condomínio é uma coisa que mais que você teje explicando eles não querem saber, eles querem receber! Prestação eu tô com as três última atrasada só. No caso agora eu tô esperando setembro e eu vou lá e regularizo. Isso tem que regularizar. O condomínio eu vou levando com a barriga, pagando de luxo. (Cônjuge do Entrevistado 2, homem branco, 38 anos, evangélico, desempregado)

Mesmo tendo contratos que não podem ser ajustados, que resultam em juros por conta dos atrasos, inadimplência, estas famílias avaliam que por dizer respeito à casa própria os sacrifícios feitos são válidos, em nome de um bem que ficará para a família.

E por fim, cabe colocar a experiência extrema das famílias que vivem a angústia de permanecer no condomínio, uma vez que as dívidas vêm se acumulando de maneira que não há perspectiva de quitação e ainda precisam conviver com o *estigma* dentro do condomínio. É a experiência da única família “da ocupação” entrevistada:

Eu tô perdendo isso aqui pra falar bem a verdade. Não sei como que não foi pra leilão ainda né?! (...) Só que eu penso assim, que se eu sair daqui eu vou pra rua com as crianças. Eu vou pra onde sem renda sem nada? Não tem pra onde ir. Eu acho que pessoas que nem eu e muito aqui dentro que tem, eles não deveriam ter colocado pra morar em condomínio (...) Eu acho assim, a pessoa [agente da COHAB] não pensou assim “Nossa, será que um dia ele não pode ficar desempregado?” Né?! E tipo assim, eles não pensaram nisso. Que nem eu com a quantia de filhos que eu tenho eles deviam pensar assim “Não, vamos colocar ela numa casinha dessas que paga R\$60 por mês.” Não! Coloca num apartamento que toda vida ela vai ter dívida, não é verdade?! Só que...eu não sei...foi conversado, a COHAB falou ali pro CRAS né?! Porque eu sou atendida pelo conselho, pelo CRAS, posto de saúde... Eles tão tudo em cima de mim porque meus filhos são atendidos pela Rede de Proteção. Então eu acho assim que independente a COHAB devia reverter isso daí. Olhar pra isso e falar assim “Vamos tirar ela daqui, bota num outro lugar!” E passar pra uma pessoa que tivesse condições de pagar aqui e [eu] começava do zero, não é verdade?! (Entrevistado 4, mulher branca, 40 anos, evangélica, desempregada)

Esta fala aponta não somente que os critérios de seleção da política habitacional precisam ser refinados, mas também a necessidade de uma avaliação

posterior sobre as experiências das famílias no condomínio vertical e a possibilidade de mudança para locais que atendam as características da família. Ou a integração com as demais políticas sociais visando à transferência de renda ou à promoção de alternativas para a geração de renda familiar.

As famílias apontam também a necessidade de um acompanhamento mais efetivo e contínuo não só da COHAB, como também das instituições financeiras governamentais a respeito da fiscalização dos casos de venda e aluguel clandestino, e da inadimplência.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo buscou sintetizar os principais pontos da pesquisa de mestrado que teve como objetivo principal a avaliação do PMCMV sob a ótica das famílias beneficiárias a respeito da pós-ocupação. À luz do que propõe a sociologia da vida cotidiana – um artesanato intelectual que costura estruturas e processos sociais às relações cotidianas – esta pesquisa trabalhou com trajetórias de vida de famílias de um condomínio vertical. As narrativas contemplaram o processo de quase cinco anos desde a saída de seus locais, a mudança e a vida em condomínio e como avaliam a vida atualmente. A pesquisa mostrou que o PMCMV resolve parcialmente o problema da moradia, pois não isenta as famílias da condição de vulnerabilidade social e também não garante a permanência das famílias no modelo de produção de habitação por condomínios verticais. A pós-ocupação gerou impactos inserindo famílias em novas condições de ilegalidade. Além da adaptação corporal, moral e espacial que imputam novas práticas sociais, a vida em condomínio de apartamentos impõe obrigações financeiras que correspondem a novas formas de controle social entre as famílias, sobre, por exemplo, “quem paga” e “quem deixa de pagar”. Ao inadimplente são associadas outras práticas como a bagunça, a sujeira, o uso ou tráfico de drogas, o furto. Busca-se na sociabilidade, mediada na maioria das vezes pelas práticas religiosas, perspectiva de solução para estes problemas da vida em condomínio.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARAGÃO, T. A., ARAÚJO, F. de S., CARDOSO, A. L. Habitação de Interesse Social: Política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: **XIV Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro, 2011.

BOLAFFI, G. Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa Ômega, 1979, p.37-70

CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. Rio de Janeiro: Editora Vozes, v.2, ed.12, 2013.

ELIAS, N. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, v.1, 1994.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2013). **Déficit Habitacional Municipal no Brasil**. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações, Belo Horizonte, 2013. Disponível em:

<<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file>>

GOFFMAN, E. Estigma e Identidade Social. In: **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.2-50.

HALBWACHS, M. Memória coletiva e memória individual. In: **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Editora Vértice Revista dos Tribunais, 1990, p.25-52

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

\_\_\_\_\_. A autoconstrução de moradias e a espoliação urbana. In: **A Espoliação Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979, p.55-74

MAGNANI, J.G.C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.17, nº49, 2002, p.11-29

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARIZ, C. L. A religião e o enfrentamento da pobreza no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, outubro de 1991, nº33.

MARTINS, J. S. **Uma sociologia da vida cotidiana**. São Paulo, Editora Contexto, 2014.

PAIS, J. M. **Vida Cotidiana**. Enigmas e revelações. São Paulo, Cortez Editora, 2003.

PAZ, R. D. O. et al. Trabalho Social no Programa Minha Casa Minha Vida: a experiência da cidade de Osasco/São Paulo. In: **Minha Casa... E a cidade?** Org. AMORE, C.S et al. Rio de Janeiro: Letra Capital, Ed.1, 2016.

QUEIROZ, M. I. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: **Ciência e Cultura**. v.39, p.272-286, 1986.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, ed. 3, 1994

\_\_\_\_\_, M. S. História e memória: o caso do Ferrugem. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, nº46, 2003, p.271-255

\_\_\_\_\_, O. A. **O estigma no Tatuquara e a luta pela conquista da cidadania**. Estratégias discursivas e práticas sociais de reversão. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

VASCONCELOS, E. M. A. Habitação de Interesse Social: novos desafios a os atores sociais urbanos. **XXIX Congresso Latino americano de Sociologia**. Santiago do Chile. 2013.